



Universidades Lusíada

Carvalho, Cintia Favero

Haack, Karla Rafaela

Razera, Josiane

Falcke, Denise

Qual a percepção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional acerca do seu cuidado subjetivo?

<http://hdl.handle.net/11067/3523>

<https://doi.org/10.34628/h855-5h52>

Metadados

Data de Publicação	2016
Resumo	O cuidado subjetivo se refere à atenção com a singularidade do sujeito, valorizando suas experiências pessoais, sentimentos e valores. Seu exercício no contexto do colhimento institucional promove a ressignificação de vivências e melhor enfrentamento de situações cotidianas. Buscou-se identificar a percepção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta em seu cotidiano, em duas instituições localizadas na Região Metropoli...
Palavras Chave	Jovens - Assistência em instituições - Psicologia, Crianças - Assistência em instituições - Psicologia
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-IPCE] RPCA, v. 07, n. 1-2 (Janeiro-Dezembro 2016)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T07:14:26Z com informação proveniente do Repositório

**QUAL A PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ACERCA DO SEU
CUIDADO SUBJETIVO?**

**WHAT IS THE PERCEPTION OF CHILDREN AND
ADOLESCENTS IN RESIDENTIAL CARE ABOUT THEIR
SUBJECTIVE CARE?**

Cintia Favero Carvalho

Karla Rafaela Haack

Josiane Razera

Denise Falcke

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Resumo: O cuidado subjetivo se refere à atenção com a singularidade do sujeito, valorizando suas experiências pessoais, sentimentos e valores. Seu exercício no contexto do acolhimento institucional promove a ressignificação de vivências e melhor enfrentamento de situações cotidianas. Buscou-se identificar a percepção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta em seu cotidiano, em duas instituições localizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre/ RS. Por meio de observações e entrevistas realizadas com os participantes, discute-se às noções de cuidado que permeiam as instituições de acolhimento. Os resultados revelam uma ideia de cuidado bastante atrelada às necessidades fisiológicas, médicas e educacionais e superficial no que se refere ao cuidado específico com o indivíduo em sua singularidade. Desta forma, se compreende que na ausência da família, o suporte institucional prioriza cuidados básicos de sobrevivência e regras de convivência, negligenciando a singularidade do sujeito e privando-o de um desenvolvimento mais saudável.

Palavras-chave: Infância, Adolescência, Abandono, Acolhimento institucional, Cuidado subjetivo.

Abstract: Subjective care refers to all care dispensed to a subject in its uniqueness. It goes beyond the investment to their physical well being, reaching all the spheres that surround it in its amplitude. Through a survey conducted in two shelter institutions located in Porto Alegre metropolitan area, we wanted to know about the logic imposed on the dispensed Subjective care to the sheltered children and adolescents and even identify the principles that guide the monitors work. Through observations and interviews with instructors and sheltered children and adolescents, we discuss about the real demands of the shelter today and try to identify the points which appear as constituents, especially as regards the care concepts that permeate the work on these locations. The results reveal a care idea strongly linked to learning and very shallow about the specific care to the subject, which seems to emerge as a reflection of contemporary values, social constructions and its consequent impact on the institutions regulation.

Keywords: Childhood, Adolescence, Abandonment, Shelter, Subjective care.

Introdução

Diversas mudanças vêm ocorrendo, nos últimos anos, nas políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes com vínculos rompidos ou fragilizados no Brasil (Rocha, Arpini & Savegnago, 2015; Silva, Denardi, Becker & Silva, 2015). Como exemplo, têm-se a Nova Lei de Adoção Nacional (número 12.010, em vigor

a partir de 2009), que modificou algumas das denominações usadas anteriormente e acrescentou, entre outros pontos, diversos procedimentos buscando contribuir para que o fluxo que se inicia quando uma criança ou adolescente sai de casa e, que perdura até a sua reinserção em sociedade - fora do âmbito institucional - não seja tão traumático ou prejudicial ao seu desenvolvimento. A nova lei prevê a permanência máxima por dois anos em abrigos/casas de acolhida, além de revisões semestrais em todos os casos. Esta medida tenta modificar a realidade das crianças e dos adolescentes que até então ficavam anos acolhidos sem perspectivas de futuro (Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Vasconcelos, Yunes & Garcia, 2009).

O encaminhamento da criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade ao acolhimento institucional, que antes era atribuição do conselheiro tutelar, agora caberá ao juiz da infância e juventude. Modificar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incluindo na lei medidas de proteção não mais voltadas exclusivamente para a integridade física, demonstrando que há uma preocupação com os sujeitos em seu sofrimento psíquico, marca o início de um movimento de conscientização sobre a importância do cuidado em seu caráter subjetivo e não mais apenas assistencialista.

Segundo dados do Ministério Público (CNMP, 2013), a região Sul do Brasil possui maior tendência ao acolhimento institucional no modelo de maior aproximação com a estrutura familiar, por meio de modalidade de casas-lares e famílias acolhedoras. Nesta estrutura, existe a figura de um educador residente (casal social, pai ou mãe social) que possuem uma função de destaque. O Ministério Público compreende que a família tem um papel primordial no que diz respeito à expressão de afetos, proteção e cuidado, sendo onde ocorre a construção dos primeiros vínculos afetivos, desenvolvimento de autonomia, tomada de decisões, cuidado mútuo e vivências de conflitos (CNMP, 2013). O acolhimento institucional modifica as concepções anteriores de institucionalização, funcionando como residência provisória de crianças e adolescentes cujos direitos foram violados, na qual permanecem até que possam retornar ao lar de origem ou serem colocados em famílias extensas ou substitutas.

Nesta perspectiva, compreende-se a importância de, na ausência da família para desempenhar este papel, que exista um cuidado subjetivo nas instituições. Souza e Moreira (2008) discutem sobre a adoção da Humanização (que surge como princípio do SUS), alertando sobre os cuidados necessários para que não se torne apenas uma teoria. Segundo os autores, é necessário aumentar o grau de reflexividade acerca do seu uso como um conceito que orienta práticas, sob pena de perder seu possível potencial transformador e incorrer na armadilha da mera repetição de uma palavra de ordem vazia e sem sentido.

Nessa perspectiva, Bento (2010) discorre sobre os modelos propostos de acolhimento, nos quais crianças e adolescentes não teriam possibilidade de expressarem sua singularidade, devido ao que ele chama de massificação institucional, em que se desconsidera a herança sóciohistórica não oportunizando um efetivo sentimento de pertencimento social das crianças e adolescentes. O

cuidado subjetivo, diz respeito à promoção e ênfase aos aspectos subjetivos na relação do profissional cuidador com a pessoa que recebe o cuidado, ambos envolvidas em um processo que vai abarcar experiências pessoais, sentimentos, valores, significados e diferentes formas de vivenciar e enfrentar situações cotidianas (Amaral, de Amorim Gomes, Figueiredo & Gomes, 2013; Nunes, Silva & Pires, 2011).

Considerando os desafios ainda existentes acerca da temática elucidada, o objetivo geral desta pesquisa, foi investigar a percepção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional sobre a forma como o cuidado subjetivo se apresenta em seu cotidiano, resgatando informações que permitissem conhecer a lógica vigente nas instituições em que se encontram acolhidos no que diz respeito à manutenção destes cuidados.

Método

Participantes

Participaram deste estudo qualitativo, exploratório e observacional, seis crianças e adolescentes que residiam em duas instituições de acolhimento situadas em uma cidade pertencente à região metropolitana de Porto Alegre/RS, com idades entre sete e 17 anos, selecionados por conveniência. De forma mais abrangente, através da observação, participaram da pesquisa quatro grupos de jovens institucionalizados, sendo dois infantis (masculino e feminino) na instituição A e os outros dois de adolescentes (masculino e feminino) que faziam parte da instituição B.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas, hora do jogo diagnóstica (Aberastury, 1992), além de duas observações semanais que duraram entre uma hora e uma hora e meia, durante três meses. Os instrumentos buscaram avaliar a forma como ocorria a escuta das crianças e adolescentes nas instituições, os tipos de vínculo que eram construídos, a percepção acerca dos cuidados em geral, os sentimentos em relação ao ambiente, ao acolhimento e as possibilidades de crescimento pessoal que eram oferecidas.

Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

Inicialmente, foi estabelecido contato com a direção das instituições de acolhimento para averiguar a possibilidade de realização da pesquisa. Após a concordância, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, sendo aprovado sob parecer 09/127. Devido à rotatividade nos grupos, o consentimento dos cuidadores e das crianças que se encontravam

no local, para que o acompanhamento pudesse ser feito, foi solicitado logo antes do início das observações que ocorreram durante três meses e ao final desse período, foram combinadas as entrevistas. Os adolescentes foram entrevistados conforme a disponibilidade de horários. Todos os participantes convidados para as entrevistas receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram gravadas e transcritas. A análise dos dados ocorreu através da análise de conteúdo, buscando integrar todos os dados de comunicação dispostos pelos entrevistados. Segundo Minayo, Deslandes, Cruz Neto e Gomes (2013), a análise de conteúdo é usada quando se quer ir além dos significados, relacionando os dados obtidos com estruturas teóricas. Bardin (1979) refere que, em suma, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, considerando que tudo o que é dito, visto ou escrito pode ser submetido à análise de conteúdo. Foram estabelecidas categorias a priori, com base nos objetivos do estudo e na literatura.

Resultados

As entrevistas com as crianças e os adolescentes revelaram as seguintes categorias: 1) Sentimentos em relação ao ambiente, ao acolhimento e perspectivas de vida; 2) Relações que se configuram no acolhimento; e 3) Percepção sobre o cuidado.

1) Sentimentos em relação ao ambiente, ao acolhimento e perspectivas de vida

O sentimento de solidão se apresentou como universal nas falas das crianças e dos adolescentes entrevistados. Com exceção das crianças menores, que pareciam não saber identificar exatamente o motivo de estarem nas instituições ou fazer uma diferenciação lógica entre a sua realidade e a realidade de outras crianças que vivem em família, todos manifestaram verbalmente o sentimento de solidão ou a falta de alguém conhecido que os protegesse. Tal sentimento foi mais evidente na fala dos adolescentes, que não identificavam os educadores sociais ou a coordenação como bons acolhedores de seus problemas, a não ser que precisassem de ajuda para questões operacionais e que necessitavam do envolvimento dos mesmos.

Outro sentimento referido frequentemente pelos participantes foi o de "estar esperando". Nesse sentido, o período de institucionalização parece ser vivenciado como uma lacuna na vida da pessoa, um tempo perdido em que estariam aguardando uma solução para que pudessem seguir a vida. Para as crianças a espera situa-se na ideia de uma possível adoção, enquanto que, nas falas dos jovens que estão no local há mais tempo, remetem a compreensão de uma vida vazia. "*Acho que quando a gente tá aqui, a gente tem que esperar nosso tempo*" diz um dos entrevistados. Outro se refere ao mesmo sentimento dizendo

“Acho que vou sair antes dos dezoito, mas, se tivesse que ficar tanto tempo aqui, ia ter que enfrentar várias coisas. Não ia poder pensar que quero fazer isso ou aquilo e já ia ter que começar a pensar mais pra frente, esperar mais”.

Nas crianças pequenas foi observada uma espécie de maior conformidade com a sua situação de acolhimento. As mesmas mostravam sempre uma satisfação declarada com a situação, respondendo a tudo de forma positiva. Ao serem questionadas sobre os momentos difíceis, tristes ou o que acreditam que poderia ser melhor dentro da instituição, respondiam sempre com “nunca” ou “nada”. Avaliam preponderantemente como positivas suas experiências na instituição, ainda que manifestem o sentimento de solidão.

Entre os adolescentes, a falta de liberdade é outro aspecto que aparece como negativo. A fala de um deles ilustra a dificuldade de dar tratamentos individuais ou específicos quando a demanda é de que todos sejam tratados da mesma forma: *“Além de já não termos liberdade para fazer quase nada e nunca podermos sair sozinhas, só com o grupo, ainda se uma faz uma coisa errada, todas perdem tudo”*, referindo-se aos castigos recebidos pelo grupo quando um dos integrantes desobedece às regras.

Nas entrevistas, foi enfatizado o fato da instituição ter condições de oferecer, em relação à educação, coisas às quais eles não teriam acesso fora deste contexto. Além de serem mantidos na escola, sempre que possível são encaminhados para cursos profissionalizantes, grupos de reforço escolar, atividades esportivas e culturais (judô, capoeira, coral, teatro, artesanato, entre outros). Aos mais velhos, são oferecidas vagas de emprego, que, às vezes, são disponibilizadas através de parcerias com empresas. Também dizem estar melhor encaminhados pelo fato de terem acesso à saúde e alimentação, serem mantidos afastados de drogas ou *“más companhias”* e disporem de acompanhamento psicológico, quando necessário. *“Aqui a gente tem teto, não passa fome, não passa frio, estuda bastante. Pelo menos quem quer estuda, né?! A gente tem médico, entende?”*

2) As relações que se constituem no abrigo

As relações com os educadores sociais e outros trabalhadores que se fazem presentes em instituições de acolhimento são diferentes para as crianças e para os adolescentes. As crianças os vêem como referência, falavam neles o tempo todo e referiam que ganham carinho e atenção. Já os adolescentes apontaram existir uma relação negativa com a maioria deles, exceto com um ou outro que se mostra mais afetivo e disponível. Uma das entrevistadas, a respeito do relacionamento com os educadores sociais, diz: *“Não gosto muito não. Não entendo esses funcionários. Não sei, na verdade não tô nem aí. Às vezes é bom, às vezes não é.”* Já outro adolescente expressou sua opinião dizendo: *“Ah, tem uns que viajam. [...] Os monitores que são mais legais e são mais calmos, não avacalham, porque eles são calmos. Já tem uns que gritam e aí eles ficam quietinhos, abaixam a cabeça”*, referindo-se à resposta do grupo aos monitores mais rígidos.

Por outro lado, enxergavam nos colegas uma possibilidade de alguém com

quem contar quando precisavam de apoio ou carinho. Ao serem questionados se a relação entre eles e os outros integrantes do grupo era como se fosse de irmãos, dizem que não. Que, às vezes, há um melhor amigo que é considerado quase como irmão, mas que os outros são vistos como amigos ou só como colegas. *“Passar o tempo brincando com elas me ajuda a me distrair e a não passar o tempo todo pensando ‘nossa que horror estar aqui’”*.

3) Percepção sobre o cuidado

O cuidado dispensado pelos educadores sociais e pela coordenação aparece todo tempo como muito adequado no sentido de prover as necessidades básicas de qualquer ser humano, como alimentação, educação e moradia. Todas as crianças e adolescentes entrevistados falaram, em algum momento, sobre um sentimento de gratidão em relação à instituição, já que graças a ela tem um lugar para ficar. *“Aqui tem brinquedo, tem barbie, tem comidinha, tem cama, tem TV. Só não tem uma bicicleta, a minha mamãe que tinha lá em casa. Ela fazia um montão de comida boa”*. Os adolescentes também referiram as possibilidades de fazerem cursos como informática, inglês ou cursos profissionalizantes.

Por outro lado, cuidados de outra ordem, relativos à atenção, carinho, respeito, afetividade, singularidade e proteção praticamente não foram citados. O pouco mencionado, retrata que alguns educadores sociais eram mais afetuosos e flexíveis e que, com estes, alguns adolescentes (especialmente os que já se encontravam acolhidos há mais tempo) constituíam vínculos. Porém, verifica-se que são minoria, sendo que os adolescentes, ao falarem dos educadores sociais, geralmente se referiam com palavras hostis como *“louco”* ou *“idiota”*. As crianças pareciam mais apegadas aos seus cuidadores, citando diversas vezes o nome daqueles com quem tinham maior contato.

Os momentos de observação

As observações acrescentarem pontos não abordados nas entrevistas e tornaram possível avaliar aquilo que foi trazido verbalmente pelas crianças e pelos adolescentes. Para melhor compreensão foram divididas em tópicos, conforme descritos a seguir:

a) Dificuldade na criação de vínculos

Especialmente no grupo de adolescentes do sexo masculino, houve uma curiosidade imediata em relação ao motivo da presença da observadora no grupo e, logo após, um grande afastamento. Apenas um deles, que parecia exercer a função de porta voz do grupo, passava boa parte do tempo fazendo perguntas, as quais foram respondidas frente a ouvidos curiosos, mas bocas caladas e olhos

desconfiados. Dependendo do educador social que se encontrava na sala, a cada questionamento que surgia sobre o cotidiano do grupo, todos voltavam os olhares em sua direção, como que buscando um olhar de aprovação ou não sobre o que seria respondido. Esta observação veio ao encontro do que foi dito durante as entrevistas, sobre o tipo de vínculo entre o grupo e o cuidador que varia muito de acordo com a pessoa que está ocupando a função naquele momento.

b) Os limites e o papel paterno

Durante a pesquisa, obteve-se contato com apenas dois educadores sociais do sexo masculino e, curiosamente, os dois apresentaram a preocupação com a questão do limite, na fala ou no comportamento. Um deles explicitou que trabalhar com os limites estava entre seus principais objetivos de trabalho. O outro encontrou-se oportunamente em um dos grupos (que fora uma junção esporádica dos grupos infantis masculino e feminino) durante uma observação. Ficava sentado com os braços cruzados em um dos cantos da sala, observando enquanto as crianças brincavam. Em meio à bagunça que outra monitora tentava organizar, soltava uma ou outra palavra de comando, frente a qual as crianças tratavam de se organizar. Ao mesmo tempo, parecia cumprir o papel de protetor daquele grupo, organizando-o sem precisar ser rude e sendo atencioso sempre que alguma criança o procurava.

É importante que existam referências capazes de manter pontos fundamentais na constituição do sujeito como afeto e limites. Nas instituições de acolhimento observadas, por trabalharem, a maior parte do tempo, com um número de crianças superior ao que a instituição prevê, muitas vezes, acaba-se perdendo a capacidade de considerar as demandas infantis e adolescentes sem ser no coletivo e, por este motivo, as regras são gerais e todas as atividades são previstas para o grupo como um todo.

c) O não dito

Um fato recorrente que chamou atenção nas observações e que foi também citado nas entrevistas, foi a falta de esclarecimentos dos acolhidos sobre assuntos diversos, inclusive os que envolviam sua história pessoal, sua origem, os motivos pelos quais se encontram naquele ambiente ou mesmo coisas simples sobre o porquê da necessidade de respeitar determinada regra.

Uma das adolescentes, acolhida em função de levar um tiro no braço quando estava conversando com um amigo envolvido no tráfico, explicitou esse acontecimento de forma muito clara durante sua entrevista: *“Me disseram que eu ia ficar aqui até o meu braço melhorar. Já faz um ano que ele sarou e até hoje não me disseram mais nada. Minha mãe vem me ver toda semana e nunca tivemos problemas, mas mesmo assim não me deixam ir para casa e nem me dizem direito o porquê”*.

Durante o período em que a pesquisa foi realizada, diversas mudanças

ocorriam nos grupos por motivos de adoção, fuga ou retorno à família de origem. O que chamou a atenção é que não há rituais de despedida de quem parte e, muitas vezes, não são prestados esclarecimentos aos que ficam na casa de acolhimento sobre as saídas.

Discussão

Estar em uma instituição de acolhimento significa estar sem sua família de origem e isso exige lidar com facetas como abandono e falta de referenciais. Neste sentido, crianças e adolescentes buscam nos cuidadores das instituições meios para suprir suas necessidades, em especial de diálogo, afeto, cuidados e confiança (Carlos, Ferriani, Silva, Roque & Vendruscolo, 2013).

Cabe destacar que é preciso proporcionar confiança e empatia, para que crianças e adolescentes possam ressignificar sua história, possibilitando maior reflexão e menor atuação, por isso a seleção das pessoas que vão desempenhar o papel de cuidado no contexto de acolhimento é de grande importância (Carlos et al., 2013), uma vez que a qualidade das relações impacta no desenvolvimento (Moré & Sperancetta, 2010).

Crianças e adolescentes que se encontram institucionalizadas demandam um cuidado particular e especializado. Embora a negligência, o abandono e os maus tratos constituam-se como as principais causas da retirada do lar, não é incomum que nas famílias acumulem-se outros problemas, como violência, drogas e pobreza (Ferreira, 2014). No decorrer das entrevistas, percebe-se que no processo de acolhimento ocorre uma tendência a diminuir a expressão da individualidade e da singularidade dos que ali se encontram (Bento, 2010).

A saída de uma criança do seu ambiente familiar não faz parte de um percurso de vida esperado. Contudo, em circunstâncias de extremo abandono ou violência, a ida para instituições de acolhimento é considerada uma medida protetiva (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). Embora a legislação preveja o benefício de maior semelhança das instituições de acolhida com lares familiares, os resultados deste estudo evidenciam a prioridade em questões de sobrevivência coletiva e práticas mais endurecidas que dificultam a autonomia (Ayres, Santos, Braga & Ferreira, 2014). Esses aspectos podem ser verificados nas falas dos participantes e o no grau de importância atribuído a higiene, alimentação, possibilidade de estudo e formação profissionalizante, sendo isso avaliado como um possível lado positivo de estar em uma instituição de acolhimento.

Percebeu-se, sobre o relacionamento com os educadores sociais, certa diferença entre as crianças e os adolescentes. Para as crianças menores, as entrevistas sugerem maior facilidade de relacionar-se com seus cuidadores. Nesse sentido, cabe questionar o motivo para elas não identificarem nenhuma dificuldade, conforme visto nas entrevistas. Levanta-se como possibilidade o fato de talvez não lembrarem os relacionamentos prévios, tendo os atuais como modelos, assim

como um possível receio sobre o que poderia acontecer se elas mostrassem algum descontentamento. É possível que sintam-se inseguras (Cavalcante & Jorge, 2008) e possivelmente com medo de perder novamente o amor daqueles que possuem a função de cuidá-los no momento, ficando desamparadas.

Já os adolescentes mostram-se mais resistentes em relação aos seus educadores, que são avaliados uns como mais acessíveis e outros como mais rígidos. As regras, que são necessárias para balizar o desenvolvimento dos acolhidos, geralmente são as principais causadoras de discórdias e, nesses casos, tempo e espaço para diálogo são fundamentais para desenvolver a confiança mútua entre educadores e adolescentes (Botelho, Moraes, & Leite, 2015).

Acerca do cuidado subjetivo, que possui uma preocupação que vai além de atender as demandas físicas e de sobrevivência básica, mas também se levar em conta o desenvolvimento e bem-estar afetivo dessas crianças e adolescentes, percebe-se menor visibilidade nas instituições. Essas crianças e adolescentes, por sua condição, já vivenciam uma grande carência afetiva e emocional (Cavalcante & Jorge, 2008) e o cuidado nas instituições de acolhida acaba perpassando prioritariamente pelas necessidades de alimentação e educação. Conforme visto nas entrevistas e nas observações, as ações ligadas aos gestos de carinho são bem limitadas em relação à demanda.

Quanto a este aspecto, é pertinente investigar se a formação que os educadores sociais recebem é suficiente para dar conta dessas demandas (Botelho, et al., 2015). Groarke e Zimmerle (2014) referem que existem profissionais que não se identificam com o trabalho nas instituições de acolhida, que exercem a atividade apenas por uma questão financeira, não demonstrando empatia com as crianças e adolescentes.

Os educadores sociais possuem um papel primordial no acolhimento institucional, porque são as pessoas que auxiliam as crianças e adolescentes em questões como autoestima, segurança, limites, medos, perdas, abandono e outros. Ademais, quais os cuidados que esses educadores também recebem para trabalharem com situações difíceis e que, também, interferem significativamente no seu próprio cuidado subjetivo? Uma equipe multiprofissional, qualificada, preparada para as escutas atentas da demanda é provavelmente a melhor alternativa para minimizar o impacto dos conflitos emocionais que aflige as crianças e adolescentes (Groarke & Zimmerle, 2014). Neste sentido, os resultados deste estudo lançam luz sobre a necessidade de um novo olhar sobre a dimensão de cuidado em instituições de acolhimento: cuidado das crianças, dos adolescentes e dos cuidadores.

Conclusões

Apesar das mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos nas políticas públicas para as crianças e adolescentes com vínculos fragilizados, percebe-se que

ainda existe um caminho árduo a se percorrer. A solidão e o vazio manifestados pelos acolhidos ilustra que, apesar de todos os esforços de educadores sociais e instituição, ainda existe um espaço em branco que necessita de preenchimento.

O sentimento de vazio e a falta de autonomia só são amenizados pela manutenção dos itens básicos de sobrevivência, como acesso a médicos, alimentação e educação. A falta de informações frente à história pessoal, à origem, porque se encontram em acolhimento ou, ainda, sobre as mudanças que ocorrem nos grupos devido à adoção, fuga ou retorno à família de origem acaba por potencializar a insegurança já advinda do que o fato de estar longe de sua família. O suporte afetivo, muitas vezes, é obtido dos colegas, que vivenciam a mesma situação. Neste sentido, existe a necessidade de discutir, refletir e colocar em prática o cuidado subjetivo, fortalecendo e contribuindo para o desenvolvimento e as necessidades emocionais dos acolhidos. É preciso que exista um cuidado que promova um ambiente seguro e acolhedor, que possa diminuir o sofrimento psíquico advindo da fragilização anterior dos vínculos.

A proposta do acolhimento institucional, de proporcionar um ambiente melhor do que se encontravam as crianças e os adolescentes, não pode ser esquecida. É preciso proporcionar bem-estar, atenção, carinho, respeito, afetividade e singularidade, pois estes são aspectos primordiais para o desenvolvimento humano e para a construção de vínculos saudáveis. Ainda, é preciso trabalhar na inclusão das famílias, auxiliando no processo de reintegração, contribuindo para que o vínculo familiar se fortaleça e o contexto se modifique, para oportunizar melhores condições de desenvolvimento.

Referências

- Aberastury, A. (1992). (8ª ed.). *Psicanálise de crianças: teoria e técnica*. (Campos, A. L. L., Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 1974).
- Amaral, L. V. O. Q., de Amorim Gomes, A. M., Figueiredo, S. V., & Gomes, I. L. V. (2013). Significado do cuidado às crianças vítimas de violência na ótica dos profissionais de saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 34(4), 146-152.
- Ayres, L. S. M., Santos, A. S., Braga, I. T. M., & Ferreira, L. D. C. M. (2014). Vida, Criação, Existência e Autonomia em Abrigos. *Mnemosine*, 10(2).
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. *Lei Federal*, 8.
- _____. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. [online]. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>>. Acesso em: 20 Ago. 2015.
- Bento, R. (2010). *A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar* (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado

- em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Botelho, A. P., Moraes, M. C. M. B., & Leite, L. C. (2015). Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1), 07-16.
- Carlos, D. M., Ferriani, M. D. G. C., Silva, M. A. I., Roque, E. M. D. S. T., & Vendruscolo, T. S. (2013). O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática?. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 21(2), 579-585.
- Cavalcante, C. M., & Jorge, M. S. B. (2008). Mãe é a que cria: o significado de uma maternidade substituta. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(2), 265-275.
- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP-BR). (2013). *Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País*. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.
- Ferreira, F. P. M. (2014). Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. *Serviço Social & Sociedade*, 117(s/v), 142-168.
- Groarke, A. M., & Zimmerle, B. (2014). Reflexões sobre avanços e entraves à adequação do serviço de acolhimento: abrigo institucional no recife e região metropolitana. *Cadernos de Estudos Sociais*, (28), 131-163.
- Minayo, M. C. D. S., Deslandes, S. F., Cruz Neto, O., & Gomes, R. (2013). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Moré, C. L. O. O., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519-528.
- Nunes, E. C. D. A., Silva, L. D., & Pires, E. P. O. R. (2011). O ensino superior de enfermagem: implicações da formação profissional para o cuidado transpessoal. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 19(2), 09.
- Rocha, P. J., Arpini, D. M., & Savegnago, S. D. O. (2015). Significados Atribuídos por Mães Acerca do Acolhimento Institucional, Reintegração e Rede de Atendimento. *Psicologia: ciência e profissão*, 35(1), 111-124.
- Silva, C. D. L., Denardi, R. C., Becker, A. P. S., & da Silva Delvan, J. (2015). A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1).
- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.
- Souza, W. D. S., & Moreira, M. C. N. (2008). A temática da humanização na saúde: alguns apontamentos para debate. *Interface comum. Saúde educ.*, 12(25), 327-338.
- Vasconcelos, Q. A., Yunes, M. A. M., & Garcia, N. M. (2009). Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19(43), 221-229.